

I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial

Realização: FCRB · UFF/PPGCOM · UFF/LIHED

8 a 11 de novembro de 2004 · Casa de Rui Barbosa – Rio de Janeiro – Brasil

O texto apresentado no Seminário e aqui disponibilizado tem os direitos reservados. Seu uso está regido pela legislação de direitos autorais vigente no Brasil. Não pode ser reproduzido sem prévia autorização do autor.

A Livraria Francisco Alves em São Paulo

Os meios de expansão da leitura e o desenvolvimento do mercado livreiro (1894-1917)

por Marisa Midori Deaecto *

“Livrarias e bibliotecas, ainda tão raras, no interior dos estados, surgirão como uma necessidade imperiosa, para aproximar do público autores e editores de obras que mais lhe possam interessar, na diversidade de seus gostos e de suas tendências. Pois, - movimento, que se desenvolve nos planos das idéias filosóficas, científicas, literárias e artísticas, e está sempre se renovando – a cultura é, afinal, comunicação, intercâmbio, circulação”.

Fernando de Azevedo¹

Resumo: Em 23 de abril de 1894, inaugurava-se, na cidade de São Paulo, uma agência da Livraria Francisco Alves. Tendo como ponto de partida a projeção deste acontecimento na imprensa da época, propõe-se análise sobre os meios de difusão e recepção dos livros na sociedade paulista de antanho. Para tanto, parte-se de três questionamentos: qual a especificidade do comércio livreiro paulista? A partir de quais elementos é possível avaliar a evolução deste comércio no curso do século? Em que medida a Livraria Francisco Alves contribuiu, em termos qualitativos e quantitativos, para uma maior difusão do livro em São Paulo? Investiga-se, enfim, a relação entre evolução urbana e expansão da comunidade de leitores numa perspectiva histórica, sem, contudo, abrir mão de referenciais geográficos.

I. Uma nova república das letras

No dia 23 de abril de 1894, uma segunda-feira, exatamente à uma hora da tarde, inaugurou-se, na cidade de São Paulo, à rua da Quitanda, nº9, a Livraria Alves & Comp. O acontecimento mereceu a atenção do governo do Estado e da imprensa paulista.²

Sobre a história da Livraria, apenas relembramos, em breves notas, que ela nasceu em 1854, na rua dos Latoeiros, 48 (hoje rua Gonçalves Dias), no coração da capital fluminense. Seu fundador, de origem portuguesa, Nicolau Antonio Alves. Nesses tempos, a casa se chamava Livraria Clássica de Nicolau Alves. O sobrinho Francisco Alves de

* Universidade de São Paulo. Doutoranda em História, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas-USP. Dedicou-se ao estudo do comércio livreiro em São Paulo, no século XIX e, em especial, à presença da Livraria Garraux no meio cultural paulista. A pesquisa é financiada pela Fapesp. Autora do livro *Comércio e vida urbana na cidade de São Paulo (1889-1930)*. São Paulo: Senac, 2002.

¹ Fernando de Azevedo. *A cultura brasileira*. 5ª ed. São Paulo: Melhoramentos; Edusp, 1971, p.366.

² *O Estado de S. Paulo*, 24 de abril de 1894, folha 2. Tiragem da edição: 8.000 exemplares.

Oliveira, também português, trabalhou desde sua primeira estada no Brasil no mercado livreiro. Primeiramente estabeleceu uma loja de livros usados, depois se juntou ao seu tio na Livraria Clássica. Apenas em 1882 se tornou sócio solidário da firma, juntamente com Antonio Joaquim Ribeiro de Magalhães, outro antigo auxiliar da livraria. Em 1897, Francisco Alves passou a responder por todo o ativo e passivo da empresa. A partir de 1910 seu nome se espalhou pelas capitais do centro-sul do país e, fato inédito na história de livreiros e editores do seu tempo, a empresa se expandiu para o mercado europeu.³

Era, pois, com muita justeza que os convidados brindavam, no dia de inauguração da agência paulista, ao avanço da instrução pública no Estado e ao sucesso da Livraria Alves & Cia. Segundo notícia publicada em *O Estado de S. Paulo*:

“Oferecida uma taça de champagne aos convidados, foram feitos os seguintes brindes do dr. Sylvio Romero, em nome de Alves & C., à prosperidade do Estado de São Paulo, nas pessoas dos drs. Bernadino de Campos, Cerqueira César e Cesário Motta; do dr. Bernardino à Casa Alves & C. que veio concorrer para o desenvolvimento do nosso meio intellectual; do dr. Cesário Motta a Alves & C., o brinde de honra ao Estado de São Paulo nas pessoas dos membros do Governo alli representado.

Depois da retirada do presidente e vice-presidente que não podiam demorar, ocuparam ainda a mesa grande número de convidados que chegaram, sendo feitas saudações ao sr. Sylvio Romero, por Tancredo do Amaral, á casa Guillard Aillaud & Comp. de Pariz, na pessoa do seu socio sr. Aillaud, alli presente, pelo mesmo; ao sr. Tancredo do Amaral pelos sr. Alves e dr. Sylvio Romero; à casa Alves pelo dr. Von Ihering, ao dr. Sylvio Romero pelo sr. Aillaud e à imprensa paulistana, o brinde de honra, pelo sr. Alves”.⁴

Estava, enfim, formada a *cotterie* de Francisco Alves. Na sua maioria, autores da casa, o que já era um traço distintivo das livrarias paulistas daqueles tempos.⁵ Notemos que

³ Foi a partir de 1907 que, em sociedade com Júlio Monteiro Aillaud, Francisco Alves passou a controlar a livraria de Paris. Em 1908 adquiriu a livraria Bertrand e, ainda em Portugal, controlava as empresas “Biblioteca da Instrução Profissional” e “A Editora”, casa sucessora de David Corazzi. A filial de Belo Horizonte data de 1910. cf. Aníbal Bragança, “A política editorial de Francisco Alves e a profissionalização do escritor no Brasil”. In: *Leitura, História e História da Leitura*. Organizado por Márcia Abreu. Campinas; São Paulo: Mercado das Letras; Fapesp, 2000, pp.451-476.

⁴ *O Estado de S. Paulo*, cit.

⁵ Nessa época, Silvio Romero contava seus 40 anos de idade e era vasta sua produção bibliográfica, cujas primeiras publicações datam dos anos de 1870. Autor crítico, agudo, cultivou toda uma geração de leitores e alguns inimigos, dentre eles, o mais célebre foi José Veríssimo. A maior parte de suas obras foi editada nas grandes casas do Rio de Janeiro. Nos anos de 1890, publicou pela Livraria Clássica de Alves & Cia., entre outros títulos, a *História do Brasil ensinada pela biografia dos seus heróis* (livro para as classes primárias). Com um prefácio e um vocabulário por João Ribeiro. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves & Cia., 1890 (2ª. edição correta e aumentada, 1892). Sua *Sobre a produção de Silvio Romero*, cf. Antonio Candido. *O método crítico de Silvio Romero*. São Paulo: Edusp, 1988. Não vamos nos estender sobre a produção de cada um dos personagens presentes na inauguração. A teia de relações entre políticos e professores/autores de

havia entre os convidados, pelo menos entre aqueles que mereceram maior atenção por parte da imprensa, um sentimento comum de comprometimento com os destinos da escola pública e seus meios de expansão. Era este um cenário muito diverso do que se costumava observar nas livrarias oitocentistas, onde autores e políticos – autores de belas-letas, diga-se – compraziam-se de longas palestras intelectuais – *ma non troppo* – na porta das livrarias. Assim, cada estabelecimento cultivava sua própria *cotterie*. A livraria de Anatole Louis Garraux, que levava o nome de seu fundador, foi a primeira a formar um grupo de assíduos, o que possibilitou sua inserção no meio social *chic* da capital.⁶ Mas ocorre que Anatole Louis Garraux regressou muito cedo para sua terra natal, em 1890, quando o mercado livreiro apenas despontava na cidade. E sua livraria ficou marcada pela cultura jurídica, pelo contado íntimo com alunos e mestres da velha Faculdade de Direito do Largo S. Francisco, de modo que o livreiro se fixara no imaginário dos moradores da cidade como pertencente às Arcadas, afinal, era este o grupo que animava a vida cultural no burgo de dantes.⁷

Uma maior pluralidade de instituições de ensino e de associações culturais, mas também de idéias, só seria devidamente difundida no alvorecer republicano. Esta mudança no quadro mental da sociedade se transfigura na própria feição da cidade, de modo que houve, no período de 1890 a 1920, uma transformação radical da paisagem, entre outros motivos, devido ao surgimento de novas construções. À imagem um tanto bucólica do velho Largo S. Francisco, com suas paredes “sarapintadas por negra e abundante varíola”,⁸ somam-se outras praças e novos centros de saber. Em 1893, era fundada a Escola Politécnica de São Paulo, que vinha dar novo fôlego ao corpo técnico da capital. Lembramos que esta escola formaria várias gerações de urbanistas e políticos que determinaram os rumos da cidade. A Faculdade de Medicina foi criada em 1913.

manuais escolares foi analisada no presente volume por Márcia Razzini, “A livraria Francisco Alves e a expansão da escola pública em São Paulo”, mimeo.

⁶ Era tal o prestígio de Anatole Louis Garraux na sociedade paulista, que em 10 de novembro de 1883, o viajante Karl von Koseritz anota em seu diário: “Foi um dia também muito animado no nosso hotel, pois ali se deram os casamentos das duas filhas do livreiro Garraux, e todo São Paulo foi convidado”. Karl Von Koseritz. *Imagens do Brasil*. São Paulo: Martins, 1943, p.267.

⁷ Não se pode, contudo, ignorar, como bem o afirma Ernani Silva Bruno, que “contribui (...) a Academia para que a cidade e seus moradores – é verdade que através de um processo muito lento e cheio de obstáculos – tivessem mais possibilidades de contacto com os livros do que no seu passado de rude centro de sertanismo. Na terceira e principalmente na quarta década do oitocentismo começaram a se imprimir alguns livros na cidade, em geral de autoria de alunos e professores da Academia. Só em meados do século as tipografias paulistanas passaram a contar com melhores condições de desenvolvimento e a cidade pôde ter os seus primeiros jornais diários. Os livreiros é que ainda eram poucos e seus estabelecimentos modestos, certos livros precisando ser encomendados na Corte”. Ernani Silva Bruno. *História e tradições da cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954, pp.808-809.

⁸ Valentim Magalhães. *Quadros e contos*. São Paulo: Dolivais Nunes, 1882, p.31.

Ao lado das faculdades, expandiam-se as escolas de profissionalização. O Liceu de Artes e Ofícios, fundado em 1873 pela Sociedade Propagadora da Instrução Popular, distribuía aos alunos livros, penas, papel e tinta. Tinham ainda auxílio médico e concorriam a prêmios em dinheiro ou materiais, que eram distribuídos de acordo com a avaliação dos docentes.⁹ Em 1902, apareceram duas escolas de comércio. Uma fundada por Álvares Penteado, que tem ainda hoje o seu nome e a escola do Mackenzie.¹⁰

Nesse mesmo ano de 1894, era inaugurada a nova sede da Escola Normal. O edifício projetado pelo escritório de Ramos de Azevedo em nada se comparava à antiga instalação, em uma única sala localizada no Largo da Sé. Este novo edifício vinha equipado com laboratórios e uma ampla biblioteca, dividida em várias seções que contemplavam as mais diversas áreas do conhecimento.¹¹

O número de bibliotecas franqueadas ao público também aumentou de forma significativa na cidade. A primeira biblioteca pública data de 1825. Esta, por sua vez, se perpetuou como Biblioteca da Faculdade de Direito.¹² Em 1890 a instituição possuía um rico acervo, de aproximadamente 10.000 exemplares, mantendo um sistema de compras mais ou menos regular com as livrarias da cidade. Nos anos de 1870 havia a Biblioteca Popular, com 4.500 volumes e a biblioteca da Sociedade Germânia. Em 1886, o College Mackenzie fundava uma biblioteca de estudos. Em 1894, também a Escola Politécnica constituía seu acervo bibliográfico. Mas nada se comparava ao aparecimento da Biblioteca do Estado,

“datando de 1895, foi organizada com uma coleção de sessenta mil volumes comprados em parte na Europa e escolhidos pelo bibliotecário Jerônimo de Azevedo”¹³.

Tudo leva a crer que o projeto de formação de um acervo público foi anunciado durante a cerimônia de inauguração da Livraria Alves, como deixa entrever o acordo

⁹ No início do século o Liceu se transferiu para outro edifício, também projetado pelo escritório de Ramos de Azevedo. Projeto, diga-se de passagem, malgrado, pois constatou-se que embora a construção fosse bastante suntuosa, ela estava longe de abrigar uma escola técnica, com todos os alunos, professores e os aparatos necessários para seu bom funcionamento. Este edifício abriga hoje a Pinacoteca do Estado e se situa em área contígua ao Jardim da Luz. Cf. Ernani Silva Bruno, *op. cit.*, vol. III, pp.1262-3.

¹⁰ *Idem, ibidem*, pp.1270-1.

¹¹ Para os estudiosos da história dos manuais didáticos, vale a pena conferir a forma como foi organizada a biblioteca da Escola Normal, bem como a composição do acervo. No mesmo documento, há um relatório minucioso da bibliografia selecionada para cada curso e indicações para uso de mestres. Cf. Cesário Motta Junior. *Relatório apresentado ao Sr. Dr. Presidente do Estado de São Paulo pelo secretário de negócios do interior*. São Paulo: Vanorden, 1894.

¹² Marisa Midori Deaecto. *No império das letras: circulação e recepção de livros em S. Paulo (1825-1890)*, mimeo.

¹³ Ernani Silva Bruno, *op. cit.*, vol. III, pp.1271-2.

firmado entre Cesário Motta, secretário do interior e o sr. Aillaud. Segundo a mesma nota de jornal,

“É encarregada da impressão das obras editadas pela casa Alves & Comp. a conhecida casa de Pariz dos srs. Guillard Aillaud & Comp. que conta mais de 40 anos de existência.

Aproveitamos a ocasião para noticiar que esta ultima casa prometeu ao dr. Cesário Motta Junior, secretário do interior, a colleção completa das obras editadas até hoje pela mesma para uma bibliotheca que breve pretende crear n´esta capital o dr. Cesário Motta”.¹⁴

Conclui-se, pelo que temos apresentado, que na última quadra do século XIX a capital de São Paulo selava sua vocação centralizadora de funções urbanas. Ao desenvolvimento das atividades econômicas, notavelmente da indústria e do comércio, somavam-se novos equipamentos que dariam fôlego renovado às matérias do espírito. Outro desafio dizia respeito à expansão do ensino e da cultura letrada em todo o Estado, de tal forma que se pôde enfim estabelecer uma relação sistêmica entre a capital e sua *hinterland*. Esta idéia se evidencia no relatório de Vicente de Carvalho, publicado em 1894, no qual o então responsável pela instrução pública se mostra empenhado em promover uma melhor distribuição geográfica das escolas, que até então se dava por força das elites regionais, refletindo um tipo de organização política “anárquica”, característica do antigo regime.¹⁵ Nesse ponto, outras variáveis corroboram a análise desse processo singular e irreversível que foi o da expansão do ensino no Estado. Ferrovias e escolas, como já apontou Fernand Braudel em seu estudo sobre a *Identidade da França*,¹⁶ sem dúvida contribuiram para este novo movimento de idéias e de livros.

II. Os meios de expansão do “pobre vernáculo”

Para se ter uma idéia do quadro evolutivo da instrução no oitocentismo, basta lembrar que a leitura de missais e de trechos das Escrituras vinha cumprir um papel pedagógico nas escolas de dantes. Segundo o pastor protestante Daniel P. Kidder que em 1839 visita uma escola interiorana:

“O que mais nos agradou – escreve o autor – **é que para o ensino de leitura adotavam em aula alguns cartões contendo trechos das Escrituras.** Foram escolhidas para isso

¹⁴ *O Estado de S. Paulo, cit.*

¹⁵ “A distribuição das escolas não obedece, como convinha, a um espírito de *systema*, á indispensável proporcionalidade. Produto de interesses locais de ocasião, refletidos no seio da antiga Assembléa Provincial, essa distribuição é anarchica e extravagante. Há villas insignificantes com escolas publicas em numero superior á da cidade de Santos, por exemplo, que apenas possui seis; o que dá uma media menor de uma escola de cada sexo para 10.000 habitantes”. Vicente de Carvalho. *Relatório apresentado ao Senhor Doutor Vice-Presidente do Estado de São Paulo pelo Secretário dos Negócios do Interior Vicente de Carvalho*. São Paulo: Vanorden, 1892, p.IX.

passagens bem apropriadas ao desenvolvimento dos pequenos leitores e tal sistema não poderia deixar de exercer a mais benéfica influência não só sobre os corações dos petizes como sobre os seus espíritos”.¹⁷

Além disso, cumpre ressaltar que os estudos de língua portuguesa se ressentiam dos atavismos das classes cultas, de modo que os livros escritos neste “pobre vernáculo”, segundo as memórias de Dona Maria Paes de Barros, eram preteridos às edições européias. Outrossim, temos que os manuais em português se imprimiam amiúde em Portugal.¹⁸ Quando não eram impressos em alguma *grande maison* francesa, a exemplo dos clássicos de nossa literatura oitocentista, que não raro saíam dos prelos da Garnier. Como atesta a autora de *No tempo de dantes*:

“Grandes e pequenos, todos falavam francês. **Também eram nessa língua os livros didáticos, bem como os volumes das duas estantes que se viam na espaçosa sala de estudos (...)** As lições ministradas por *Mademoiselle* eram todas em francês e alemão. Dindinha, dotada de excelente ouvido musical, ensinava piano e português. Pobre vernáculo! **Enquanto a gramática francesa era decorada a fundo, limitava-se o ensino de português a minguados estudos no pequeno volume da *Enciclopédia*”.**¹⁹

Ampliando os contornos geográficos delimitados no presente estudo, vemos que esta realidade se espelha n´outras partes do Brasil e se faz sentir de forma mais aguda na sede do Império, onde se concentravam as principais tipografias e livrarias. Desse modo, ao fazer um balanço dos profissionais em evidência no Rio de Janeiro imperial, temos um conjunto expressivo de livreiros, tipógrafos e editores de origem européia – portugueses, franceses e alemães – que dominaram o ramo por quase todo o século XIX.²⁰ Mesmo as edições

¹⁶ Fernand Braudel. *L'identité de la France*. Paris : Flammarion, 1990, p.91.

¹⁷ Daniel P. Kidder. *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil (Rio de Janeiro e Província de São Paulo)*. Trad. de Moacir N. Vasconcelos. Brasília: Senado Federal, 2001, pp.253-254. [grifos meus].

¹⁸ Contam-nos Marisa Lajolo e Regina Zilberman dos inúmeros projetos de manuais didáticos surgidos no curso do oitocentismo, que buscavam concorrer com os livros importados de Portugal. Segundo as autoras, “se, num primeiro momento, tal medida poderia solucionar o problema, com o tempo criou outro: provocou uma retórica nacionalista, que proclamava a inadequação dos livros portugueses para a juventude brasileira. Aos olhos da ex-metrópole, a ex-colônia era vista como uma espécie de reserva de mercado para o livro português, o que levou os escritores locais mais ativos a desfraldar a bandeira, nem sempre acima de qualquer suspeita, da brasilidade do livro escolar, maneira eufêmica de promoverem seu próprio produto. Marisa Lajolo; Regina Zilberman, *op. cit.*, p.183.

¹⁹ Maria Paes de Barros. *No tempo de dantes*. Prefácio de Monteiro Lobato. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p.14. [grifos nossos].

²⁰ Não apenas o comércio de livros, mas todas as casas comerciais do Rio de Janeiro imperial sofriam dessas afetações européias. Ernesto Senna chega a comparar a rua do Ouvidor com a rue de Vivienne de Paris. Ao se referir de a um passado não tão remoto da sociedade fluminense, mas sem dúvida removido pelos novos tempos, o autor recorda a época em que o Rio adquirira uma aura urbana e cosmopolita, evidenciada pelo seu comércio a retalhos, principalmente aquele da rua do Ouvidor, onde eram “comuns grandes vidraças de jacarandá”. Havia figuras célebres como a do Monsieur Garnier, que chegara no Distrito Federal em 1848. Este

circulantes em português constituíam não raro traduções de outras línguas. Do francês e do inglês. A partir do levantamento da produção de livros didáticos, por editoras, realizado em 1885, apreende-se o quadro seguinte: do total de 317 títulos, 21,5% (68 títulos) pertencem à casa de B.L. Garnier; 12,3% (39 títulos) a E. & H. Laemmert; 10,4% (33 títulos) a Nicolau Alves; as edições de J. G. de Azevedo compreendem 7,3% (23 títulos); a Tipografia Nacional figura com 1,9% (6 títulos). As editoras do Rio de Janeiro comparecem com 19,9% (63 títulos), vindo em segundo lugar de edições estrangeiras, com 13,9% (44 títulos – 38 parisienses!) e, em menor número, figura a participação de editoras provinciais, 11,9% (38 títulos). Em outros 3 títulos restantes não constam suas respectivas origens editoriais.²¹

Livrarias e editoras francesas se beneficiaram de uma conjuntura – de uma longa conjuntura, poderíamos dizer – do livro bastante favorável ao mercado europeu e, especialmente, às edições portuguesas e francesas. Francesas – e, por extensão, belgas e suíças – porque desde a época da Revolução de 1789, a cultura francesa gozou de uma situação hegemônica em todo ocidente. O enaltecimento de sua língua e a ascensão das idéias francesas sobre nossas elites eram impulsionados por uma outra revolução que se anunciava no Velho Mundo: a industrial. Tal era o movimento da indústria e do comércio do livro já no final do Antigo Regime.²² Quanto às edições portuguesas, estas se compraziam de uma relação firmada por séculos de dependência econômica, política, social e cultural.

A própria Livraria Clássica de Nicolau Alves, que será mais tarde lembrada pela sua vasta produção de livros nacionais, colocando em posição de primeira grandeza o “pobre vernáculo”, editou diversas traduções de manuais escolares entre os anos de 1870-1880. O *Compendio de um curso completo de Filosofia*, de Pelissier, editado em 1877, pela mesma casa, foi traduzido e comentado por Augusto Emilio Zaluar, o mesmo autor das memórias de viagem à então taciturna cidade de São Paulo.²³ Todavia, o livro de L. Marcou, *Beautés de*

ilustre livreiro portava comumente sua “cartola, paletó de alpaca preta, colete e calças largas de brim branco”.
cf. Ernesto Senna, *O velho commercio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garnier, s.d.p., p.29.

²¹ *Catálogo da Biblioteca do Museu Escola Nacional*. Julio de Lima Franco (Org.). Rio de Janeiro: Tipographia de G. Leuzinger e Filho, 1885. *Apud*. Circe Maria Fernandes Bittencourt. *Livro didático e conhecimento histórico*. Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de História da FFLCH-USP, 1993, p.80.

²² Os estudos sobre o desenvolvimento em massa da produção editorial na Europa e, mais particularmente na França são numerosos. Citamos os trabalhos de Frédéric Barbier: “La révolution libératrice: l'exemple des activités du livre en France, entre Révolution Politique et Révolution Industrielle”. *Histoire, Économie et Société*, no. 1, 1993. pp. 41-50 ; “Un exemple d'émigration temporaire: les colporteurs de librairie pyrénéens”. *Annales du midi. Revue de la France méridionale*, 95:1983, pp. 289-307 ; “Le commerce international de la librairie française au XIXe.s. (1815-1913)”. *Revue d'histoire moderne et contemporaine*. Tome XXVIII, 1981, pp. 94-117. Sobre o desenvolvimento do mercado das letras à luz da expansão do capitalismo no século XIX, cf. Jean-Yves Mollier. *L'argent et les lettres*. Paris : Fayard, 1998.

²³ Lembramos que Augusto Emilio Zaluar teceu alguns breves comentários sobre a situação do ensino na cidade de São Paulo. Ele chegou até mesmo a defender uma idéia em voga na época, segundo a qual a

Chateaubriand et du théâtre classique,²⁴ editado em 1870 e que alcançou certo êxito entre os primeiros compêndios produzidos pela Livraria Clássica de Nicolau Alves, não foi traduzido. Assim como não seria vertido para o português o volume de Voltaire, *Morceaux choisis de l'histoire de Charles XII*, editado em 1883.²⁵ Mas estes títulos constituem verdadeiras exceções no vasto catálogo da editora.

Ao retomar o quadro estatístico da produção de manuais escolares para o ano de 1885, observamos que a editora de Nicolau Alves figura em terceiro lugar no rol da produção de manuais escolares o que, tendo em vista o espírito de concorrência das livrarias-editoras fluminenses, era este um fato muito significativo. Igualmente digno de nota é o desenvolvimento da produção de manuais escolares no decênio seguinte, quando Francisco Alves toma a frente dos negócios. Se em 1885 a produção é tímida perto das importações de manuais estrangeiros e das edições das duas grandes empresas livreiras do país, a livraria Garnier e a casa Laemmert, temos um outro panorama nas décadas seguintes. A relação de publicações por decênio se expressa da seguinte maneira: 1890 (86); 1910 (83); 1910 (138!), 1920 (79), 1930 (137).²⁶

Três fatores concorrem para o aumento substantivo da produção de livros didáticos: de um lado, a ligação de Francisco Alves com membros estratégicos da instrução pública e, por extensão, do governo. Além disso, a prática de adoção de guias pedagógicos e livros didáticos, resultado de um processo de centralização das decisões sobre o ensino de primeiro e segundo graus, favorece a produção e distribuição deste tipo material.²⁷ E, finalmente, mas não de importância somenos, a ampliação da rede de escolas públicas, que em 1920 superavam a marca dos 130 estabelecimentos. E das Escolas Normais, que neste mesmo ano chegam a 10 em todo o Estado de São Paulo. Ao confrontar o mapa do Estado com o da

Academia de Direito concorria para o desenvolvimento do comércio local, à vista do isolamento geográfico da capital de São Paulo. Augusto Emílio Zaluar, *Peregrinação pela Província de São Paulo (1860-1861)*. São Paulo: Martins, 1953. Sobre o autor, temos as seguintes informações: “português, residente no Brasil, jornalista e proprietário de escola (situada em Botafogo e criada em 1855)”. Marisa Lajolo; Regina Zilberman, *op. cit.*, p.151. Publicou diversos títulos de manuais escolares pela livraria de Nicolau Alves: *Elementos de geografia*, 1877; *Extratos clássicos dos sete autores*, 1876; *Lições das coisas animadas e inanimadas*, 1876; *Primeiro livro de leitura*, 1881; *Segundo livro de leitura*; *Livro da adolescência*, 5ª edição, 1890. cf. *Livraria Francisco Alves 1854-1894*, s.n.p.

²⁴ *idem, ibidem*, s.n.p.

²⁵ *idem, ibidem*, s.n.p.

²⁶ *ibidem*, s.n.p. [As informações foram extraídas da listagem dos livros produzidos pela empresa, em primeira edição, durante o primeiro centenário. Para um quadro mais detalhado, baseado no mesmo corpo documental, cf. Márcia Razzini, *cit.*

²⁷ Na década de 1930, a Livraria Francisco Alves, que agora traz como titular Paulo de Azevedo & Cia., se encarrega das edições da Coleção FTD, impressa em São Paulo, na Typographia Siqueira (rua Libero Badaró, 557) o que certamente influi no aumento considerável da produção nesta década. As informações foram tiradas do catálogo da coleção reproduzido no verso da folha de rosto e na quarta capa do *Pequeno manual de*

expansão geográfica do ensino, não resta dúvida de que ao lado das ferrovias foram as escolas que cimentaram a unidade do Estado e o desenvolvimento do mercado de bens culturais no primeiro quartel do século XX. A Livraria Alves, nesse sentido, desempenha papel progressista ao se aliar às forças políticas locais e concorrer para o alastramento das letras nacionais.²⁸

Infelizmente, não podemos delegar o desenvolvimento do mercado livreiro exclusivamente à expansão das escolas. Elas influem muito, é verdade, à medida que uma série de interesses de ordem política e econômica concorre a seu favor. Mas bem sabemos que o projeto republicano de expansão da escola teve seus limites e não concorreu para a massificação do ensino. Outros fatores operam de forma positiva para a emergência do livro no mercado local, sendo o fenômeno da urbanização e o que podemos classificar como “aburguesamento” da sociedade os principais. Fator este que implicou no crescimento e em alterações no quadro populacional da cidade que, além de apresentar saltos numéricos, revela mudanças qualitativas, sendo a principal delas o aumento da população de origem estrangeira. Mas essas explicações, ainda que essenciais, são muito genéricas e nada esclarecem sobre o sistema de interesses de leitura da época e tampouco sobre o próprio comportamento do mercado livreiro na capital. Quais são as livrarias? Qual o perfil de seus proprietários? Quais livros figuram nos anúncios da época? Qual era, enfim, o lugar da Livraria Clássica de Alves & C. nesse mercado em plena expansão?

III. Novas redes, diferentes circuitos do livro

Conforme foi assinalado anteriormente, na capital paulista o mercado de livros demorou muito tempo a florescer. De tal sorte que o paulista de outros tempos, afeito ao hábito da leitura, era muito provavelmente capaz de enumerar, sem a menor dificuldade, as livrarias ou, então, os estabelecimentos que lidavam com esta nobre mercadoria no Centro da cidade. O *Almanak Administrativo, Mercantil, e Industrial da Província de São Paulo*, para o ano de 1858, dimensiona bem a aflição expressa nos relatos de época diante da escassez de livros no comércio local. Neste ano, são anunciadas apenas 2 “lojas de livros”: a de Bernardino José Dias Torres d’ Oliveira, na rua da Imperatriz e a de José Fernandes de Souza, no Pátio do Colégio. No mesmo *Almanak*, agora para o ano de 1873, embora os

civilidade para uso da mocidade. Rio de Janeiro; São Paulo; Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves. Paulo de Azevedo & Cia., s.d.e.

²⁸ Mas este é um fator que merece ser relativizado, pois, como bem afirma Sampaio Dória, em 1920: “Hoje sabemos ao certo a extensão do analfabetismo infantil em São Paulo. É maior do que se esperava. E por ele pode se imaginar o que vae por outros Estados, onde a instrução pública não corre par a par com a de São

progressos no ramo não sejam muito acentuados, destaca-se o nome de Anatole Louis Garraux, cuja loja se localizava na rua da Imperatriz, n^{os}. 36 e 38. Além disso, há o anúncio de um “gabinete que aluga livros”, de Mme. Guilhem, também na rua da Imperatriz, n^o. 50.²⁹

No ano de inauguração da agência Alves & C. em São Paulo, foram identificadas as seguintes livrarias na cidade:

- *Livraria Popular*, de Affonso Agout, rua S. Bento, 2;
- *Livraria Alleman*, de Heirich Grobel, rua Florêncio Abreu, 108;³⁰
- *Livraria Universal*, Laemmert & C., rua do Commercio, 25;³¹
- *J. B. Endrizzi C.*, rua Boa Vista, 74;
- *Teixeira & Irmão*, rua S. Bento, 65 e rua Direita, 34;
- *Casa Garraux*, de Thiollier & Comp., rua 15 de Novembro, 40 ;
- *Victoria Stone* (livros ingleses), rua S. Bento, 8 B.

Lojas de livros usados (compra e venda):

- *Joaquim Rabelo & C.*, rua Libero Badaró, 106;
- *Santos & C.*, rua São José, 399.³²

Em 1895, notam-se algumas rápidas alterações no ramo:

- *Melilo & C.*, rua S. Bento, 93;
- *Livraria Civilização*, de Costa & Santos, rua de São João, 10;³³

Livros usados:

- *Bertholotti Aldrovandi*, rua da Boa Vista, 18 C.;
- *Henrique Gabriel*, rua Florêncio de Abreu, 108.³⁴

São outras as circunstâncias na virada do século XX. No *Almanak Laemmert* (1903-1904) foram anunciadas 19 casas do ramo, entre tipografias, negociantes de livros novos e usados, papelarias e materiais para escritório. Reproduzimos a listagem completa, ainda que existam repetições em relação aos anúncios anteriores:

Livrarias e objetos de escriptorios (negociantes de):

Paulo (...).cf. Sampaio Doria. *Recenseamento escolar*. Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Alarico Silveira, Secretaria do Estado dos Negócios do Interior. São Paulo: Weizflog Irmãos, 1920, p.6.

²⁹ *Almanak Administrativo, Mercantil, e Industrial da Provincia de São Paulo*, 1858, [edição fac-símile]; *idem*, para o ano de 1873.

³⁰ Ligada à Escola Alemã, mais tarde, Colégio Porto Seguro.

³¹ Com sede no Rio de Janeiro e filial no Recife.

³² *Completo Almanak Administrativo, Commercial e profissional do Estado de São Paulo para 1895, contendo todos os municípios e districtos de paz. Nono anno. Regularizado segundo os decretos por Canuto Thorman*. São Paulo: Editora Companhia Industrial de São Paulo, 1895.

³³ Muito provavelmente a mesma firma que aparece no anúncio de 1895, na seção de livros usados, em outro endereço. Neste novo anúncio, a empresa acentua o caráter cosmopolita da cidade e, por conseguinte, a expansão do público leitor: “*Livraria Civilização Casa Editora – Costa & Santos. 10 C, Rua de São João – S. Paulo. Todos os Estados do Brazil têm filhos residindo nesta capital*”. *Almanach illustrado para 1896. Anno I*. São Paulo: J.G. d’Arruda Leite, 1897. [grifos nossos]

³⁴ *Idem, ibidem*.

- *C. Hildebrand & Comp.*, 15 de Novembro, 40 A,³⁵
- *C. Teixeira*, São João, 4;
- *Duprat & C.*, Direita, 14;
- *Fagundes & C.*, S. Bento, 10 A;
- *Francisco Alves & C.*, S. Bento, 45;
- *Henrique Grobel*, Florêncio de Abreu, 92;
- *Irmãos Bertolotti*, Florêncio de Abreu, 4;
- *J. de Melo Abreu*, 15 de Novembro, 58;
- *Laemmert & C.*, 15 de Novembro, 32;
- *M. Flexa*, rua Capitão Salomão, 7C;
- *Miguel Melillo & C.*, rua S. Bento, 65;
- *Pedro de Magalhães*, rua do Commercio, 29;
- *Selman Lafer*, rua Amaral Gurgel, 55;
- *Silvio Mori*, rua do Rosário, 3 A.

Livros novos e usados (negociantes de):

- *Alberto Nogueira*, Largo da Sé, 15;
- *Augusto Duprat & C.*, S. Bento, 21 A;
- *Augusto Gazeau*, Largo da Sé, 9;
- *José da Câmara*, travessa do Braz, 36.³⁶

Neste cenário, a Livraria Francisco Alves parece acompanhar o movimento de franca expansão do mercado de bens culturais. Inaugurada em 1894 como agência, em 1903 ela passou à categoria de filial, sendo transferida para a Rua S. Bento, 45. Em 7 de agosto de 1916, a filial ganhou sede própria, situada à rua Libero Badaró, 292, onde permaneceu até bem pouco tempo atrás, quando pereceram as livrarias tradicionais do Centro. O contato com outras filiais, em Belo Horizonte, Paris e Lisboa, além, é claro, da ligação com o mercado fluminense, possibilitou à empresa de Francisco Alves a formação de uma ampla rede de livros. Tanto de títulos editados pela casa, como do comércio de edições, as mais variadas.³⁷

Afora a situação de destaque que a Livraria Francisco Alves manteve no mercado de manuais escolares, que chegou a ocupar 90% de seu catálogo, quando a empresa atingiu seu potencial máximo produtivo, observamos que nesses primeiros 20 anos de funcionamento

³⁵ Antiga Casa Garraux.

³⁶ *Almanak-Laemmert de São Paulo, indicador para 1903-1904. Obra estatística e de consulta, organizada pela Companhia Tipographica do Brazil.* Rio de Janeiro: Laemmert & Comp., 1905.

³⁷ Um dos primeiros anúncios da agência paulista, em 1894, no jornal *Commercio de S. Paulo*, de 13/05/1894, informava a venda da “Coleção Hetzel Illustrada”. Ora, sabemos da importância dos livros produzidos pelo editor de Jules Verne, Victor Hugo, Balzac e tantos outros autores amplamente divulgados no circuito livreiro internacional.

ela concorreu abertamente com outros editores-livreiros ao vender e produzir livros de natureza vária. Notamos que a partir dos anos de 1910, a Livraria Francisco Alves inicia um programa de edição de livros jurídicos, muito provavelmente como resultado da aquisição dos direitos de outras casas, ou mesmo por meio de contrato direto com os autores. Prática que se tornou possível nesses anos devido à situação de instabilidade em que muitas livrarias e editoras tradicionais se encontravam. Confrontando os títulos listados nas faturas endereçadas à Faculdade de Direito³⁸ com o catálogo de publicações da casa,³⁹ observamos algumas ocorrências em que Francisco Alves adquiriu o direito de edição de autores de livros jurídicos circulantes no mercado. Citamos três ocorrências que confirmam esta hipótese:

O livro de Rodrigo Otavio de Langgaard Meneses,⁴⁰ conhecido manual das escolas de Direito do Brasil, segundo comentário de José Maria Bello, foi adquirido pela Biblioteca da Faculdade de Direito junto à Livraria Francisco Alves em 1908. Trata-se da primeira edição de *Acções de divisão e demarcação de terras particulares*, publicada no Rio de Janeiro, por Laemmert, em 1893.⁴¹ Em 1913, é feita uma reedição desta obra, a 3ª, com uma pequena alteração do título que passa a ser *Divisão e demarcação de terras particulares*. Dessa vez, o livro foi publicado no Rio de Janeiro, pela Francisco Alves, segundo consta em sua folha de rosto.⁴² Nessa época, os livros de Direito circulam a mancha na capital fluminense, fato que reforça o interesse por sua reedição, de modo que temos aqui, por meio de um livro, uma ponte de contato intelectual entre as duas principais capitais do Brasil. Esta notícia quem nos a oferece é José Maria Bello, em sua enquête sobre o que se lia no Rio de Janeiro após a Guerra. Rodrigo Otavio – note-se que o Maria Bello se refere ao autor sem grandes cerimônias, o que demonstra tratar-se de um nome conhecido no meio literário, ao menos entre os bacharéis – era, com efeito, o segundo autor mais comprado na Livraria

³⁸ Manuscritos do Arquivo da Faculdade de Direito [MAFD]. Livro 171. Correspondências diversas.

³⁹ *Livraria Francisco Alves 1854-1894*, s.n.p.

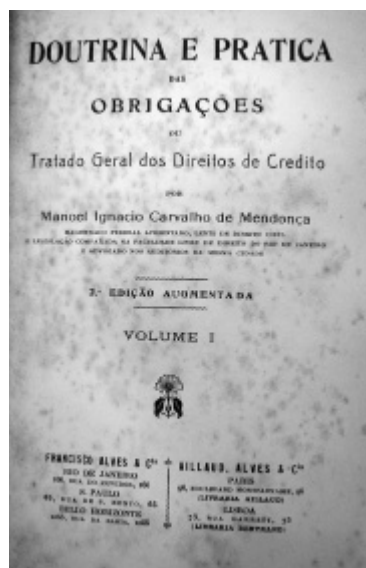
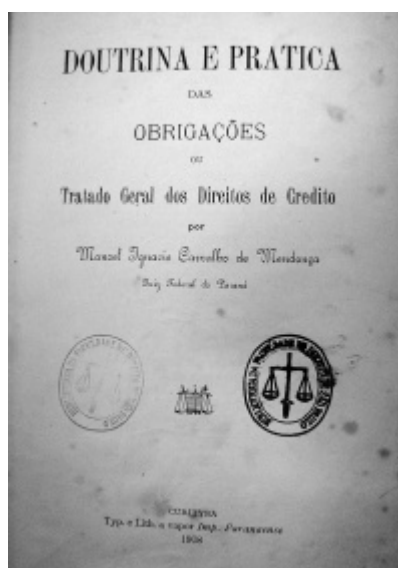
⁴⁰ “Rodrigo Otavio de Langgaard Meneses, filho do Dr. Rodrigo Otávio de Oliveira Menezes, juriconsulto, diplomata, poeta, e romancista de grande merecimento, membro da Academia Brasileira de Letras”. Spencer Vampré. *Memórias para a história da Academia de São Paulo*. 2ª. edição. Brasília: INL, Conselho Federal de Cultura, 1977, p.309.

⁴¹ Houve uma outra edição desta obra, anterior à de Francisco Alves, em data que não conseguimos identificar; mas o exemplar de que dispõe a Biblioteca da Faculdade de Direito é exatamente esta primeira da qual nos ocupamos. O livro indicado na fatura emitida pela “Francisco Alves e Comp.”, em 31 de maio de 1908, traz as seguintes informações: “Rodrigo Otavio. Terras, 8\$000”. Outro título figura em nota emitida a 30 de abril de 1909. Trata-se de um volume de *Direito Estrangeiro no Brasil*, 13\$000. A primeira edição é de Francisco Alves. MAFD. Livro no. 171. Correspondências diversas.

⁴² Rodrigo Otavio de Langgaard. *Divisão e demarcação de terras particulares*. 3ª.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1913. 170p. A informação confere com o catálogo de títulos organizado pela editora, *cit.*

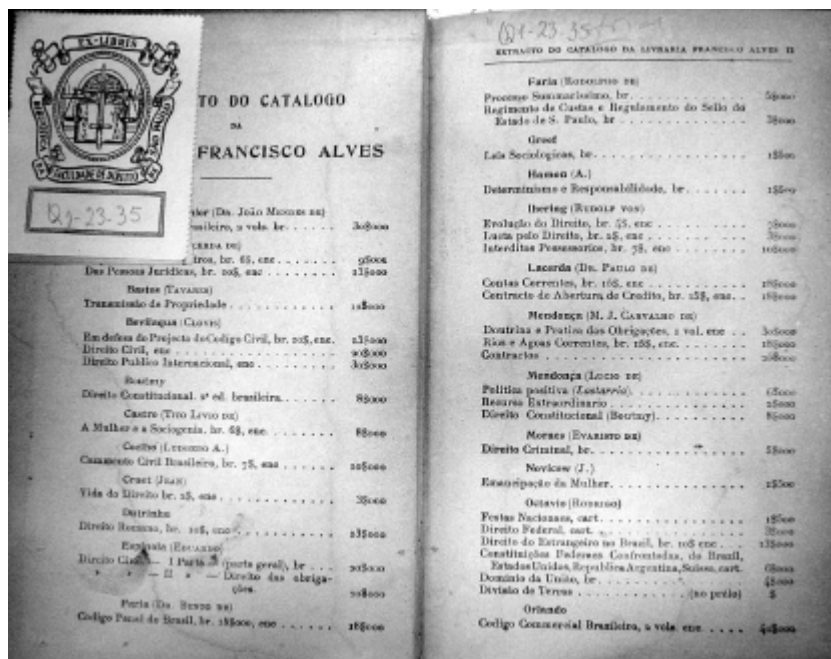
Briguiet, perdendo apenas para Gustave Le Bon, que disparava na preferência do público – 143 livros contra 42,⁴³ em um só mês de venda!

Diferente é a trajetória do livro de Manoel Ignácio Carvalho de Mendonça, *Doutrina e pratica das obrigações ou tratado geral dos direitos de crédito*, editado pela primeira vez em Curitiba, pela Imprensa Paranaense, 1908 (915 páginas, 1 volume). A segunda edição, publicada pela Francisco Alves, aparece em 1911, em dois volumes, segundo exemplar disponível na Biblioteca da Faculdade de Direito.⁴⁴ Na folha de rosto já aparecem estampadas as filiais de Belo Horizonte, São Paulo, Lisboa e Paris. No primeiro volume vem anunciado, no verso da folha de rosto, o catálogo de livros jurídicos disponíveis na Livraria. Sobre o autor, há apenas a informação de se tratar de um juiz federal do Estado do Paraná. Seu nome não figura na lista dos mais vendidos nas livrarias fluminenses, segundo pesquisa realizada por Maria Bello. Nem mesmo na galeria de formandos da Faculdade de Direito de São Paulo, tampouco no dicionário de Raimundo de Menezes, de forma que fica por enquanto incógnita sua história. Ressaltamos apenas o fato de a edição original ter se realizado em uma capital de província que se encontrava à margem do principal circuito de livros da época. Tratando-se, muito provavelmente, de uma obra financiada pelo autor.



⁴³ José Maria Bello se vale do movimento de um mês (setembro) da livraria Briguiet. Nesse mês, saíram 702 livros de Direito. Estes, por sua vez, perdem apenas para a literatura estrangeira, que aparece representada com 1.166 livros vendidos. Na livraria Castilho, o autor do qual nos ocupamos é o mais vendido entre os juristas. Na livraria de Jacintho dos Santos, conhecido livreiro e editor de livros jurídicos, Rodrigo Otavio curiosamente não figura na lista dos mais vendidos. O mais vendido nesta livraria foi o *Manual do Código Civil*, 950 exemplares. Maria Bello explica o volume de vendas pelo fato de o estabelecimento manter contatos comerciais com outros Estados do Brasil. José Maria Bello. “O que se lê entre nós”. In: *Novos estudos críticos. Machado de Assis, Joaquim Nabuco e outros artigos*. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunaes, 1917, pp.87-104.

⁴⁴ O catálogo de publicações organizado em 1954 não confirma este dado, datando a referida edição como sendo de 1911.



Clóvis Beviláqua foi muito provavelmente o maior êxito editorial de Francisco Alves na área jurídica. Sobre o bacharel cearense, formado pela Faculdade de Direito do Recife, muita tinta se gastou, tal é a dimensão de sua obra e sua importância como jurista, professor e escritor. São Paulo adotou Clóvis Beviláqua no plantéu de juristas que se incorporaram à toponímia da cidade, seu nome virou praça, que ficou registrada na música de Paulo Vanzolini. Em 1937, “o governo concedeu-lhe o título de professor honorário da Faculdade de Direito de S. Paulo”.⁴⁵ Foram identificados nas faturas emitidas à Faculdade de Direito: um volume de *Theoria do Direito Civil*, 1ª. edição, Francisco Alves, 1908 (20\$000)⁴⁶ e *Direito Internacional*, 1ª. edição, Francisco Alves, 1910-1911, 2 volumes (30\$000).⁴⁷ Muitos outros títulos do mesmo autor seriam publicados no decorrer da década de 1910, mas nada se comparava à edição do *Código civil brasileiro commentado*, em 6 volumes publicados entre os anos de 1916 e 1920. Em 1959 o título estava em sua 12ª. edição!⁴⁸

Um acontecimento trágico na história do livro brasileiro pode explicar a razão pela qual muitas edições originais de Laemmert & C. passaram a ser impressas com a marca de

⁴⁵ Raimundo de Menezes. *Dicionário Literário Brasileiro*. 2ª. edição revista, aumentada, atualizada. Prefácio de Antonio Candido. Apresentação de José Aderaldo Castello. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

⁴⁶ Nota emitida em 10 de setembro de 1908. MAFD. Livro no. 171. Correspondências diversas.

⁴⁷ Nota expedida em 28 de dezembro de 1911. MAFD. Livro no. 171. Correspondências diversas.

⁴⁸ Exemplar disponível na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Francisco Alves. Em 1909, a empresa foi vítima de um grave acidente e soçobrou. Foram-se seu arquivo e a galeria bibliográfica que mantinha com tantos desvelos.⁴⁹

“Os direitos autorais de sua propriedade”, escreve Hallewell, “foram vendidos a Francisco Alves, cuja empresa adquiriu o mais famoso de seus títulos: *Os Sertões*, de Euclides da Cunha. Laemmert o publicara em 1902 e vendera três edições, num total de 10.000 exemplares em sete anos; pelos padrões da época, foi, sem dúvida, um grande êxito de vendas”.⁵⁰

Além dos livros jurídicos e do grande investimento que significou a compra dos direitos da obra máxima de Euclides da Cunha, Francisco Alves ampliou seu catálogo de títulos populares – embora o termo seja temerário para os estudos sobre a leitura e do livro – ou simplesmente obras de “vulgarização e conhecimentos úteis”, segundo a classificação da editora. Trata-se, na verdade, de títulos que contemplam leitores de vária sorte, desde manuais técnicos, até a leitura de curiosidades, cujo conteúdo era bastante semelhante ao dos almanaques.⁵¹ Variedade que mais uma vez confirma a expansão do público leitor e, em certo sentido, a preocupação em atender ao público feminino. Este foi o caso do livro de Vera Cleser, *O lar doméstico – conselhos para a boa direcção de uma casa*, que em 1913 aparece em 4^a. edição no catálogo da Livraria Francisco Alves.⁵² Note-se, ainda, que as edições são idênticas, havendo apenas a troca da casa editorial, identificada na capa e na folha de rosto.

⁴⁹ Na verdade, como aponta Aníbal Bragança em seu estudo sobre a história editorial de *Os Sertões* de Euclides da Cunha, a Laemmert muito provavelmente já passava por uma crise anterior ao incêndio. Desse modo, afirma o autor, “como a liquidação da empresa (que continuou a existir como gráfica), a Francisco Alves adquiriu seu fundo editorial, em 6 de março de 1910, que incluía os direitos definitivos de *Os Sertões* (menos, como vimos, para a língua italiana). Já em 1911 era lançada pela nova editora a quarta edição da obra, conforme se verá na segunda parte deste trabalho”. Cf. Aníbal Bragança, “Lendo a história editorial de *Os Sertões* de Euclides da Cunha: as edições Laemmert”, *Horizontes*, Bragança Paulista, vol. 15, 1997, pp.172-173; ainda, do mesmo autor, “Revisões e provas. Notas para a história editorial de *Os Sertões* de Euclides da Cunha: as edições Francisco Alves”, *Revista História das Idéias*, Coimbra, vol. 20, 1999, pp.337-352.

⁵⁰ Laurence Hallewell, *op. cit.*, p.175.

⁵¹ Todos estes títulos bem merecem um estudo específico sobre conteúdos tão tradicionais e freqüentes nos almanaques e que acabam ganhando a forma de livro. Da mesma seção de “Vulgarização e Conhecimentos Úteis”, citamos, a título de curiosidade, *O confeiteiro popular*, 3^a. edição, 1911; *O livro dos sonhos*, 1915; de autor Anônimo, *Caixinha de desejos (precioso livro de sortes)*, 1916; *O cozinheiro econômico das famílias*, 2 vols. 1911; *Dicionário da linguagem das flores*, 1913 (provavelmente uma reedição do pequenino e muito bem cuidado volume da Laemmert & C., editado no final do século XIX). O exemplar que utilizamos para ilustração pertence ao acervo da Biblioteca do IEB-USP.

⁵² A primeira edição saiu em 1902, pela Laemmert & C., Livreiros-Editores. Rio de Janeiro-São Paulo. Segundo a autora, às “jovens inexperientes ofereço este livro em que procurei expor, com meticulosa minudencia, todo o movimento domestico, baseando-me ora na minha própria experiência, ora nas opiniões dos melhores autores estrangeiros e nacionaes. Como a abelha, que de inúmeras flores suga o mel, escolhi aqui e ali o que me pareceu proveitoso e reuni nestas palestras domesticas tudo o que pode ser útil a uma jovem mulher”. (p.VI, da 1^a. edição *cit.*). É de fato uma pena a falta informações sobre a tiragem de edições como esta!



A título conclusivo, podemos afirmar que a instalação da livraria Francisco Alves em São Paulo deve ser analisada no âmbito da expansão do ensino de primeiro e segundo graus, o que lhe teria garantido condições bem favoráveis para a distribuição dos livros editados pela casa. Além disso, a livraria se instalava na capital em um contexto de desenvolvimento do comércio de gêneros de consumo e, em especial, do comércio de bens culturais. Como vimos, as livrarias estão em franca expansão nesse momento. Conte-se, ainda, o aparecimento de manifestações literárias regionais, que contribuiu de forma definitiva para a intensificação do circuito livreiro e para a formação de redes de comércio entre livrarias e editoras de diferentes Estados.⁵³ Fato *sui generis* e comprobatório do que temos afirmado, é a ampla rede de negócios que Francisco Alves construiu, em capitais nacionais e do exterior, no curto período de 1894 a 1917. O “Rei do Livro” teve a *Fortuna*, ou seja, uma conjuntura totalmente favorável à expansão do mercado livreiro, mas de nada adiantaria tudo isso, como bem nos ensina Maquiavel, se ele não tivesse a *Virtú* para compreender o momento histórico e tomá-lo a seu favor.

IV. Fontes (impressos e manuscritos)

Almanach illustrado para 1896. Anno I. São Paulo: J.G. d’Arruda Leite, 1897.

Almanak Administrativo, Mercantil, e Industrial da Provincia de São Paulo, 1858, [edição fac-símile]; idem, para o ano de 1873.

⁵³ A este respeito cf. Brito Broca. *Vida literária no Brasil – 1900*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960, pp. 54-71.

- Almanak-Laemmert de São Paulo, indicador para 1903-1904*. Obra estatística e de consulta, organizada pela Companhia Tipographica do Brazil. Rio de Janeiro: Laemmert & Comp., 1905.
- BARROS, Maria Paes de. *No tempo de dantes*. Prefácio de Monteiro Lobato. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- BELLO, José Maria. “O que se lê entre nós”. In: *Novos estudos críticos*. Machado de Assis, Joaquim Nabuco e outros artigos. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunaes, 1917.
- CARVALHO, Vicente. *Relatório apresentado ao Senhor Doutor Vice-Presidente do Estado de São Paulo pelo Secretário dos Negócios do Interior Vicente de Carvalho*. São Paulo: Vanorden, 1892.
- Completo Almanak Administrativo, Commercial e profissional do Estado de São Paulo para 1895*, contendo todos os municípios e districtos de paz. Nono anno. Regularizado segundo os decretos por Canuto Thorman. São Paulo: Editora Companhia Industrial de São Paulo, 1895.
- DORIA, Sampaio. *Recenseamento escolar*. Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Alarico Silveira, Secretaria do Estado dos Negócios do Interior. São Paulo: Weizflog Irmãos, 1920.
- KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil* (Rio de Janeiro e Província de São Paulo). Trad. de Moacir N. Vasconcelos. Brasília: Senado Federal, 2001.
- Livraria Francisco Alves (1854-1954)*. Rio de Janeiro: Paulo de Azevedo, 1954, s.n.p.
- MAGALHÃES, Valentim. *Quadros e contos*. São Paulo: Dolivais Nunes, 1882.
- Manuscritos do Arquivo da Faculdade de Direito [MAFD]. Correspondências diversas, 1890-1911.
- MENESES, Rodrigo Otavio de Langgaard. *Divisão e demarcação de terras particulares*. 3a.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1913.
- Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. *Instituto de Expansão Comercial*. Recenseamento realizado em 1o. de setembro de 1920 – Populações do Brasil, tomo IV, 1a. parte.
- MOTTA Jr., Cesário. *Relatório apresentado ao Sr. Dr. Presidente do Estado de São Paulo pelo secretário de negócios do interior*. São Paulo: Vanorden, 1894.
- MÜLLER, Daniel Pedro. *Ensaio d'um quadro estatístico da província de São Paulo*. Ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837. 3a. edição fac-similada. São Paulo: Governo do Estado, 1978.
- Museu de Arte de São Paulo. *História da tipografia no Brasil*. São Paulo: Masp; Secretaria da Cultura e Tecnologia do Governo do Estado de São Paulo, 1979.
- O Estado de S. Paulo*, 24 de abril de 1894, folha 2. Tiragem da edição: 8.000 exemplares.
- Pequeno manual de civilidade para uso da mocidade*. Rio de Janeiro; São Paulo; Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves. Paulo de Azevedo & Cia., s.d.e.
- SENNA, Ernesto Senna. *O velho commercio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garnier, s.d.p.
- VAMPRÉ, Spencer. *Memórias para a história da Academia de São Paulo*. 2a. edição. Brasília: INL, Conselho Federal de Cultura, 1977.
- VON KOSERITZ, Karl. *Imagens do Brasil*. São Paulo: Martins, 1943.

ZALUAR, Augusto Emílio. *Peregrinação pela Província de São Paulo (1860-1861)*. São Paulo: Martins, 1953.

V. Bibliografia citada

AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*. 5a. ed. São Paulo: Melhoramentos; Edusp, 1971.

BANDECHI, Pedro Brasil. *A bucha, a maçonaria e o espírito liberal*. São Paulo: Livraria Teixeira, 1978.

BARBIER, Frédéric. “La révolution libératrice: l'exemple des activités du livre en France, entre Révolution Politique et Révolution Industrielle”. *Histoire, Économie et Société*, no. 1, 1993.

_____. “Le commerce international de la librairie française au XIXe.s. (1815-1913)”. *Revue d'histoire moderne et contemporaine*. Tome XXVIII, 1981.

_____. “Un exemple d'émigration temporaire: les colporteurs de librairie pyrénéens”. *Annales du midi. Revue de la France méridionale*, 95:1983.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Livro didático e conhecimento histórico*. Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de História da FFLCH-USP, 1993.

BRAGANÇA, Aníbal. “A política editorial de Francisco Alves e a profissionalização do escritor no Brasil”. In: *Leitura, História e História da Leitura*. Organizado por Márcia Abreu. Campinas; São Paulo: Mercado das Letras; Fapesp, 2000, pp.451-476.

BRAUDEL, Fernand. *L'identité de la France*. Paris : Flammarion, 1990.

BROCA, Brito. *Vida literária no Brasil – 1900*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.

BRUNO, Ernani Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.

CANDIDO, Antonio. *O método crítico de Silvio Romero*. São Paulo: Edusp, 1988.

DEAECTO, Marisa Midori. *No império das letras: circulação e recepção de livros em S. Paulo (1825-1890)*, mimeo.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz; Edusp, 1985.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1999.

MARTINS, Ana Luiza. *Gabinetes de leitura da província de São Paulo: a pluralidade de um espaço esquecido (1847-1890)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1990.

MENEZES, Raimundo de. “Primeiras e mais antigas livrarias de S. Paulo”, *Revista do Arquivo Municipal*, 1971, no. 182.

MENEZES, Raimundo de. *Dicionário Literário Brasileiro*. 2a. edição revista, aumentada, atualizada. Prefácio de Antonio Candido. Apresentação de José Aderaldo Castello. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

MOLLIER, Jean-Yves. *L'argent et les lettres*. Paris : Fayard, 1998.

MONBEIG, Pierre. *Pionniers et planteurs de São Paulo*. Paris : Librairie Armand Colin, 1952.

RAZZINI, Márcia. “A livraria Francisco Alves e a expansão da escola pública em São Paulo”, mimeo.